TL 5540

CNRT/Congresso Nacional
Presidência

MESSAGEM DE FIM-DE-ANO

Compatriotas! Timorenses!

Esta mensagem não a tem mínima veleidade de ser a exclusiva, pois já passou o tempo em que só uma pessoa desempenhava o ingrato papel de falar ao povo, que lutava e sofria. Um ano após termos alcançado a grande vitória de libertação da pátria, porta-vozes do povo não faltaram nem faltarão desde políticos à sociedade civil, desde intelectuais a ong's. E isto só significa tempo de mudanças ... para a democracia!

A consciência que está a tomar forma de que somos todos participantes de um processo, (onde não deve jamais haver um monopólio de interpretações sobre o processo e, por consequência, a necessidade de deixar florescer diferentes opiniões para que o mesmo ganhe um dinamismo maior, de maior participação e de maior democraticidade), é um fenómeno político-social que é inerente aos processos semelhantes ao nosso.

Em todos os processos de pós-guerra de libertação, verificava-se quão ascendente era a necessidade de cada político saber que lugar ele/ela vai ocupar na sociedade, porque se considera que é natural e também legítima a aspiração dos políticos ao poder. Os políticos só se realizam nesta perspectiva. Os partidos políticos têm essa essência, sem a qual seriam apenas mais uma ong, como tantas que nasceram em Timor Lorosa'e desejando cobrir todas as áreas de desenvolvimento do país, desde a educação à agricultura, desde a saúde à pesca, desde a sanidade a projectos de empresa.

Hoje, em Timor Lorosa'e, assiste-se a uma corrida dos políticos à sua afirmação ou re-afirmação na sociedade. Uns vão tentando defender pontos de vista não muito aceitáveis pelo senso comum, só para irem arrecadando simpatizantes, pelo facto de defenderem os 'desprivelegiados'. Outros, remontam-se às memórias tornando-se intocáveis e, por isso mesmo, insensíveis aos factos (verdadeiros) da história. Vivem e revivem do passado, numa tentativa de se escaparem ao senso comum da rectidão. Arvoram impunidade histórica rodeando-se de anjos de paz e de heróis de uma revolução ... que causou sofrimento e traz cicatrizes nas almas.

Outros, vivendo a milhares de quilómetros de Dili, vão espirrando sentenças de quem tem uma sabedoria à parte, ao estilo teleguiado para fazer jus à globalização que tornou cada país em uma mais grande ou menos grande aldeia do mundo.

Em Timor Lorosa'e, assiste-se a um outro fenómeno, o de uma aculturação obsessiva de uns padrões que largas centenas de peritos internacionais tentam ensinar aos timorenses ávidos de valores:

- democracia (e muitos dos que nos vêm ensinar, nunca praticaram isso nos seus países, porque se tornaram funcionários da ONU);
- direitos humanos (e muitos dos que nos vêm lembrar isso, esquecem-se do que se passa nos seus países);
- 'gender' (e muitas que assistem a todos os workshops sabem que nos seus países, este assunto não é dos mais famosos);
- ongs (e muitas ongs internacionais vivem do 'negócio' de ajuda aos países pobres);

- sector jovem (e todos os que nos vão recordando isso, sabem que nos seus países, a maioria dos jovens não tem emprego e que a experiência é um factor de grande procura, salvo excepções de mérito intelectual).

Pode parecer que sou contra estes altos valores de participação democrática. Não me importo que isso aconteça na mente democrática das pessoas. O que me parece absurdo é ingerirmos padrões, só para garantir uma aparência de sociedade democrática, para agradar aos nossos mestres de independência.

O que me preocupa é a não assimilação crítica dos padrões 'universais', tendo em conta a realidade conjuntural do processo histórico que estamos a construir. As velhas democracias não são já um pavimento liso, ou algum processo social linear onde esses padrões são rigorosamente acomodados, sem a menor fricção na sociedade. O que me preocupa é os timorenses desligarem-se das suas realidade e, sobretudo, tentarem ser copiadores do que eles mesmos não entendem ainda com clareza.

Necessita-se de um sentido de franqueza e de humildade, para que não percamos de vista os superiores interesses do nosso Povo. A democracia não se faz num dia, porque é pela vivência dentro de um sistema, é que se forja a democracia. Alguns pensam que, pelo simples facto das pessoas se filiarem num partido, a democracia já existirá por si e, portanto, não necessita de ser cuidada. Jovens de idade escolar pensam que a democracia dá absoluto direito de protestar, criticar e insultar os professores, faltar à aulas ou fazer barulho durante uma aula. Alguns mais adultos são da opinião de que a democracia exige que todo o mundo tem que decidir sobre todas as coisas.

Este processo de preparação para a independência não é fácil, quando se abordam questões de democracia, direitos humanos e liberdade.

Existe uma ânsia de afirmação a que os internacionais, que estão hoje em Timor, vão tentando dar força, esquecendo-se os internacionais, que eles desconhecem todo o processo de luta do nosso povo e, por isso, encorajam a mais variada forma de expressão de diferença, como se esta fosse a única forma de garantir a democracia.

Esta necessidade natural de afirmação de partidos e de indivíduos, políticos ou não, conduz a uma acérrima indisposição contra o CNRT, como se o CNRT fosse o inimigo número um dos partidos políticos e da sociedade civil. Este clima é alimentado, de certa forma, pela percepção de muitas organizações internacionais de que o CNRT é um partido político. Custa-nos a acreditar que os estrangeiros que vem trabalhar em Timor não tragam um mínimo de conhecimento da realidade política timorense. Os estrangeiros devem pensar, como condição essencial para a sua operatividade de que não vem salvar Timor, mas que vêm imbuídos da missão de apoiar e, portanto, se não conhecem a realidade, só lhes fica a ingrata missão de ganhar dinheiro por seis meses e regressar, como muitos fazem e com menos capacidade que os timorenses que não encontram trabalho.

O CNRT é visto como o obstáculo para a implantação dos partidos políticos. De uma coisa se esquecem as pessoas que virulentamente atacam o CNRT. O CNRT está a limpar o caminho para que, num futuro muito próximo, os partidos disputem o poder político, E de outra coisa também se esquecem essas pessoas: a de que o CNRT não é um partido político. E nós sabemos que se, um dia, o CNRT se formasse em um partido, não haverá partidos que poderão competir com o CNRT. O CNRT tem esta certeza, mas não o fará, somente para afirmar aos partidos e aos políticos que o CNRT, por estar politicamente mais maduro e mais preparado que os partidos políticos, não tentar explorar o estado emocional do nosso Povo.

O CNRT está apenas preocupado com a estabilidade política no pós-independência, o CNRT está apenas preocupado com o ambiente de paz que se deve construir no seio da população. O nosso Povo tem este direito: DIREITO DE VIVER EM PAZ E HARMONIA!

A nossa experiência política, desde há 25 anos até muito recentemente, alerta-nos para a possibilidade de violência no seio do povo, quando vamos reparando nas movimentações que certos grupos fazem, sem o mínimo respeito ao direito do nosso povo em viver em paz e o direito de nunca mais enfrentar situações em que timorenses matam timorenses. O CNRT está preocupadíssimo com a sensação que alguns grupos podem começar a ter, quando a violência acontece entre a população, uma sensação de certa euforia da vitória porque 'os do outro lado levaram' e porque 'eles é que têm mais apoiantes'.

O CNRT continua acompanhando as movimentações e as reclamadas aspirações de afirmação ou re-afirmação de líderes e de políticos. Na verdade, o que o nosso povo necessita agora é precisamente de líderes, novos líderes, sensatos, ponderados e de larga visão do processo. E o CNRT espera apenas que a maturidade de 25 anos de luta possa iluminar os partidos a portarem-se com maior realismo e objectividade de análise sobre o complexo processo da independência.

Caros compatriotas

O dia 1 de Janeiro de 2001 vai ser o primeiro dia do milénio. Estamos agora a celebrar a passagem mais importante da história contemporânea, a passagem de um milénio para outro. Daqui a umas horas, estamos entrando num novo capítulo da história da humanidade.

Para o Povo Maubere, este evento singular para a humanidade terá um significado muito especial – Timor Lorosa'e focará gravado nos Anais da História como o 1º país independente do novo milénio.

Durante o ano 1000, muitas pessoas celebravam o ano como o início do nosso milénio, quando era precisamente o fim do velho milénio. Assim também, muitas pessoas tentavam imaginar que o ano 2000 estaria a marcar definitivamente o processo de transição. O ano 2000 deve ser considerado, essencialmente, um ano de aprendizagem nos vários aspectos e relações com a UNTAET, com as instituições internacionais e com a Comunidade Internacional. Quando não olhamos por este ângulo, supomo-nos a nós suficientemente capazes de reabilitar tudo de uma vez ou de fazer tudo ao mesmo tempo. É apenas irrealista pensarmos assim. As limitações orçamentais não são da UNTAET, as limitações orçamentais são próprias desta transição, na sua relação com a comunidade dos doadores.

Claro, há muita coisa errada, há muita percepção desfasada da realidade timorense, há muito mais dinheiro para pagar centenas e centenas de estrangeiros do que para a reconstrução propriamente dita. Há má gestão, mau enquadramento de estruturas, uma pesada máquina burocrática que, em alguns casos, faz recurso à corrupção.

Existe, por parte dos internacionais, a opinião de que os timorenses não podem mesmo nada e esta opinião é corroborada por alguns sectores da nossa sociedade. Não somos apologistas de uma transição rápida, mas inadequada 'à la Camboja' onde os internacionais saíram e deixaram o vazio da sua presença. Somos, por isso, defensores de uma estratégia de faseamento claro do processo político. Antes de pensarmos no sucesso que possa vir a ser para a ONU, estamos orientados para um processo que possa vir a trazer êxito para o povo sofredor de Timor. E a Comunidade Internacional terá, enfim, a sua consciência tranquila por ter ajudado um povo mártir.

Compatriotas

Vamos iniciar um ano decisivo para Timor Lorosa'e e para o seu Povo!

Este ano vai ser repleto de actividades políticas essencialmente com a participação do nosso povo. Os dois pilares que sustentam a transição à independência são, como sempre afirmamos, a timorização e o processo político.

Vamos todos juntar os pensamentos e as vozes para que a UNTAET comece com total seriedade, o processo de timorização. Nomear ministro não é timorizar. Recrutar Directores-Gerais ou Chefes de Departamentos e o respectivo staff será a prioridade para o primeiro trimestre do ano de 2001. Se isso não sucede, fica-se com a convicção de que o prolongamento do mandato da UNTAET só tem em vista beneficiar os internacionais que vem receber bons salários em Timor.

Mas se a timorização for real, o prolongamento do mandato da UNTAET, nas formas mais apropriadas, será visto como aprofundamento do 'capacity building' dos timorenses.

Pessoas houve que foram contra a calendarização política. Não queremos discutir as razões, as diferenças de opinião fazem parte da democracia que todos hoje praticam com sabedoria. O processo de timorização deve andar, o mais possível, a par e passo com o desenvolvimento do processo político.

Teremos muitos actos políticos no ano 2001. O Registo Civil, como banco de dados para o Registo Eleitoral vai ter lugar muito brevemente. Deve também ser definido o sistema eleitoral. A Lei dos Partidos deve também, já em Janeiro, sair da forja do Conselho Nacional para a aprovação. Isso permitirá que os partidos se registem e tenham a legitimidade de falar para o povo, evitando-se que grupos descontrolados apareçam como partidos para criar confusão no nosso povo. Apelamos a Nova Iorque para perceber a realidade política timorense. Muito diferente da realidade dos Estados Unidos, onde aconteceu o que os países em vias de democratização chamam de 'o maior escândalo da democracia', nas últimas eleições presidenciais.

Haverá programas de educação cívica, em todo o território nacional, para que o povo conheça o sistema que vai ser edificado em Timor e para que o povo também se aperceba da dimensão da liberdade, da democracia, da justiça e da paz, como condição para o progresso e do bem-estar de todos os cidadãos.

Um ante-projecto de uma Constituição simples, onde estarão definidos fundamentalmente os principais universais, os direitos de cidadania e o sistema de governo deverá ser também elaborado e por timorenses. Haverá também, como é óbvio, um debate com toda a população em todo o território, sobre este ante-projecto, para que todo o povo conheça os fundamentos da nação timorense.

O Conselho Nacional debaterá a Lei Eleitoral e após a sua aprovação, haverá ainda a educação eleitoral junto da população, para que as primeiras eleições, no Timor Lorosa'e livre se realize com verdadeira consciência dos valores democráticos, pelo nosso Povo. O Povo timorense deve, aí, sentir total liberdade para votar, o que significa de que não terá nenhum receio por intimidações ou ameaças de represálias.

Depois disto tudo, acreditamos firmemente que as campanhas eleitorais poderão realizar-se num ambiente de tolerância e de respeito mútuo. E, consequentemente, as eleições para a Assembleia Constituinte decorrerão também num ambiente pacífico. Quem não acreditar que o nosso povo venha a realizar isso mesmo, lembre-se do 30 de Agosto de 1999. Os cépticos sobre este processo, são os que não estiveram em Timor neste período difícil e dramático do nosso povo.

Aceitando-se que a Constituição não deve ser programática nem ideológica e que a Constituição deverá ser simples e universal, a Assembleia Constituinte não estará necessitando de anos para discutir a primeira Constituição para Timor. Necessitará, sim, de um tempo mínimo necessário para aprimorar o texto que será, a seguir aprovado como a Constituição que vai vigorar a partir do primeiro dia da Independência.

Não desejamos em absoluto uma transição caótica, onde por 'revanche', os timorenses poderão vir a iniciar tudo de novo. Mais uma vez, afirmamos, para que fique claro: defendemos

uma transição faseada e ordeira! Não pensamos na independência, pela cor da bandeira nem pelo dia da proclamação. Pensamos na independência, em termos do sistema que vai ser implantado e em termos de capacitação profissional dos timorenses para o desempenho dos seus cargos, mesmo muito antes a proclamação da independência.

Os resultados das eleições ditarão a composição da Assembleia Constituinte e podem, até, ser já um indicativo para a formação do governo. Nesta ordem de ideais, os partidos poderão (ou não) ser chamados a debater o assunto, para que também se comece a indicar as pessoas para o governo. Assim, a nível mesmo ministerial, os timorenses estarão a preparar-se para ir recebendo a transferência gradual de responsabilidades, até à independência.

Do mesmo modo, a Assembleia Legislativa, provinda da Assembleia Constituinte, estará como Órgão eleito a funcionar em termos de capacitação de si mesma, em primeiro lugar, começando também a sua actividade legislativa, até à independência.

Esta é a nossa perspectiva da preparação dos timorenses para a independência, a todos os níveis da governação. Pode haver outras melhores. Colocamos a eleições, como o centro deste processo político, porque daí advém a legitimidade dos actos políticos. A revisão do estatuto jurídico do ETTA pode ser mais fácil, depois da existência de órgãos eleitos. E este processo responde às exigências da própria resolução 1272, do Conselho de Segurança.

Caros Compatriotas

Continuo a dizer que esta é uma opinião do CNRT, que pode não ser aceite pela sociedade democrática timorense. O que tentamos pensar não é para servir os interesses do CNRT, mas os interesses do Povo que o CNRT organizou e mobilizou para decidir sobre o seu destino, a que o nosso Povo soube sempre responder com valentia e determinação.

A partir de Janeiro, os timorenses, partidos, políticos e intelectuais, devem começas debates profundos sobre a estrutura ideal (igual e minimamente necessária) do Governo, para que não herdemos estruturas pesadíssimas que vão em contra ao princípio de eficiência e, sobretudo, ao de sustentabilidade. Os debates deverão também cobrir o problema da centralização e descentralização.

Isto tudo permitirá estudos, desde Março, sobre o orçamento do próximo ano fiscal que vai de Julho de 2001 a Junho de 2002, porque em Junho, em Camberra, decorrerá a conferência de doadores para este efeito.

Há partidos, há políticos, há intelectuais que reclamam direitos, mas esquecem-se da sua obrigação de pensar profundamente neste processo, para que a contribuição de cada um permita ajudar a estabelecer uma melhor percepção da complexidade do problema.

Assim, o CNRT está convicto de que as eleições serão o factor impulsionador das mudanças, sobretudo das mentalidades ainda deturpadas que ainda subsistem, tanto em estrangeiros que trabalham em Timor como em timorenses, que andam à procura de afirmar-se na sociedade.

Queridos quadros do CNRT

A última palavra seria para vós.

Hoje sois vistos como agitadores da instabilidade. O 30 de Agosto de 1999 não teria acontecido sem o vosso cometimento e dedicação. Um ano depois, continuais empenhados a servir o nosso Povo, sem nenhuma remuneração. E muitos timorenses que vos criticam estão já bem colocados. Os estrangeiros que vos olham de soslaio, pensam que vós vos preparais para tirar metade dos seus salários para alimentardes as vossas famílias, construirdes as vossas casas, mandardes os vossos filhos para as escolas.

Todos se esquecem que não chegam aos dedos de uma mão os quadros do CNRT que sofreram em Timor, trabalham hoje em função pública. Todos se esquecem também que nenhum quadro do CNRT trabalha como staff local da UNTAET, onde quer que seja. Vou dar só um exemplo, para não irmos às Ongs e Agências internacionais. Em Oecussi, o staff local da UNTAET eram todos pró-autonomia. E ninguém reclama. Qualquer falha dos quadros do CNRT, onde quer que seja, é vista sob uma proporção melodramática. Estivemos juntos em momentos dificílimos da luta quando muitos dos que hoje vêm a Timor desconheciam o nosso problema. Eu sei as dificuldades que cada um está deparando, nas vossas vidas privadas. A vossa e minha experiência foi apenas da resistência. Não temos, e reconhecemos isso com humildade, capacidade para ambicionarmos qualquer emprego. Estamos carimbados de CNRT e tudo quanto se possa pensar, com relação a quadros do CNRT, leva sempre as pessoas a pensar em nepotismo, corrupção e falta de transparência.

Já dissemos muitas vezes entre nós, que os quadros do CNRT são hoje como a camisa usada que se vai deitar fora.

Este ano vai continuar a exigir de vós muito trabalho junto da população. Não desistais do vosso trabalho de educar o nosso povo, de servir o nosso povo. Estarei convosco neste trabalho nobre, como o que fizestes, como o que produzistes em todos os difíceis anos de resistência – SERVIR O POVO!

Tudo farei e derrubarei todos os obstáculos, para que se estabeleça o mais depressa possível um Banco de Crédito em Timor. Um banco privado, sem muitas considerações políticas que não têm razão de ser e aparecem só porque se fala de 'quadros do CNRT' que possa abrir também para vós perspectivas de uma nova vida.

Lutarei por vós, como lutastes pelo nosso Povo! Não pensemos em recompensas de quem quer que seja! A melhor recompensa foi a Vitória alcançada pelo nosso Povo, em 30 de Agosto de 1999 e não há ninguém, em Timor, que nos pretenda usurpar o êxito do vosso trabalho!

Vamos ainda trabalhar para levar o povo a defender o seu direito de viver em paz e em harmonia, para que não veja repetida a experiência da violência política do passado. Entretanto, vamo-nos organizar em grupos e capacitar-nos na gestão, para que cada um de vós se prepare também para reconstruirdes a vossa vida.

Iremos enfrentar novas dificuldades neste processo, mas eu sei que vós estais sempre preparados para servir o nosso Povo.

Que o 2001 traga êxitos nos nossos esforços de encaminhar uma verdadeira transição para a independência e que traga também a vós nossas perspectivas para o futuro.

Díli, 31 de Dezembro de 2000

Kay Rala Xanana Gusmão
Presidente do CNRT/CN